

PROCESSO TCE Nº 16.101.2012-70
ENTIDADE: Câmara Municipal de Rodrigues Alves
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Rodrigues Alves, relativo ao exercício de 2011.
RESPONSÁVEL: Antonio Matos da Silva
RELATOR: Cons. Ronald Polanco Ribeiro
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

ACÓRDÃO Nº 10.754/2018

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RODRIGUES ALVES, RELATIVO AO EXERCÍCIO 2011. IRREGULAR. MULTA.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto** do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro, por: **1)** julgar Irregular a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Rodrigues Alves, exercício de 2011, em face da execução de contrato sem licitação prévia e a diferença de pequena monta apontada no saldo financeiro. Ainda foi apontado, na Prestação de Contas, a falta de controle interno e incorreções no RGF; **2)** pela aplicação de multa ao gestor, no montante de R\$ 7.140,00 (sete mil, cento e quarenta reais), com base no art. 89 da LCE nº 38/93. Após, pelo arquivamento dos autos.

Rio Branco – Acre, 26 de abril de 2018.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC, em exercício e Relator

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE/AC 16.101.2012-70
ENTIDADE: Câmara Municipal de Rodrigues Alves/Acre
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Rodrigues Alves/Acre, referente ao exercício de 2011.
RESPONSÁVEL: Antonio Matos da Silva
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

RELATÓRIO

1. Trata-se de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Rodrigues Alves/Acre, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2011, de responsabilidade do Sr. **Antonio Matos da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Rodrigues Alves/Acre à época.
2. O Corpo técnico do TCE/AC emitiu relatório de análise técnica às fls. 109 a 121, tendo detectado as seguintes inconsistências (item 14 do Relatório as fls. 121):
 - 2.1. Infração a Lei nº 8.666/93 por não realizar procedimentos licitatórios item 6.3 do Relatório:
 - 6.3.1. **Fracionamento indevido de despesa na contratação de serviços de contabilidade.**
 - 2.2. Não confirmação de saldo para o exercício seguinte, conforme item 7.2 do Relatório.
3. Citação às fls. 126 (presidente da Câmara a época o senhor **Antonio Matos da Silva**, sendo que o mesmo apresentou defesa as fls. 129/184.
4. O corpo técnico deste TCE em novo relatório técnico às fls. 188/192, não acatou as razões de defesa, e opinou pelo julgamento IRREGULAR das contas em razão dos motivos citados nos subitens 2.1 e 2.2, bem como a aplicação de multa ao ex-gestor.
5. O Ministério Público Especial junto a esta Corte emitiu parecer às fls. 197.
É o relatório.

Rio Branco - Acre, 26 de abril de 2018.

Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro
Relator

PROCESSO TCE/AC 16.101.2012-70
ENTIDADE: Câmara Municipal de Rodrigues Alves/Acre
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Rodrigues Alves/Acre, referente ao exercício de 2011.
RESPONSÁVEL: Antonio Matos da Silva
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO RONALD POLANCO RIBEIRO

(Relator):

1. Folheando os autos denota-se que **das impropriedades** detectadas ao final da instrução decorrem de erros procedimentais e formais de cunho administrativo e contábil dos quais não resultaram danos ao erário apresentando-se, portanto, como passíveis de correção nas próximas edições da matéria, porque sanáveis, conforme precedentes de época deste TCE/AC. São elas:
 - 1.1. Infringência a Lei nº 8.666/93 por não realizar procedimentos licitatórios item 6.3 do Relatório:
 - 1.2. Não confirmação de saldo para o exercício seguinte, conforme item 7.2 do Relatório.
2. Quanto a **primeira impropriedade apontada** (contratação de serviços de contabilidade sem procedimento licitatório no valor de R\$ 24.000,00). O ex-gestor informou que a empresa E. P. Magalhães & Cia Ltda era a única que prestava serviços de contabilidade na região do vale do Juruá, sendo inexigível a licitação conforme previsto no inciso II, artigo 25, da Lei nº 8.666/93.
3. No caso concreto, a 2ª ICGE, manteve a irregularidade, sob o argumento de que não restou comprovada a situação de inexigibilidade, uma vez que o ex-gestor não anexou documento hábil, ou seja, **carta de exclusividade** 'atestada pelo **sindicato, Federação ou Confederação Patronal**, ou ainda, pelas **entidades equivalentes**'.
4. Inicialmente esclarecemos que, a regra é o procedimento licitatório. Todavia, pelo alto custo de uma licitação, muitas vezes realizar esse procedimento não se coaduna com o princípio da eficiência previsto na Constituição Federal.
5. Nesse sentido, a Lei de Licitações e Contratos (Lei n. 8.666/1993) no artigo 24, incisos I e II, facultou a contratação direta até o limite de R\$ 8.000,00 (compras e outros serviços) ou R\$ 15.000,00 (obras e serviços de engenharia), de modo a minorar este custo e garantir, efetivamente uma contratação mais vantajosa para a Administração Pública. **Vale lembrar que a última atualização nos valores ocorreu**

em maio de 1998 pela Lei n. 9.648 publicado no DOU de 28.5.1998, valores já defasados em 2011 (época da contratação).

6. Ao atualizar os valores utilizando a calculadora do cidadão do Banco Central utilizando o índice de correção do IGP-M os valores deveriam refletir em dezembro de 2011 o valor de 36.073,78 (ver figura abaixo) o que corrobora que os naquela ocasião já estavam totalmente defasados.

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)	
Dados informados	
Data inicial	06/1998
Data final	12/2011
Valor nominal	R\$ 8.000,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	3,1964382
Valor percentual correspondente	219,6438200 %
Valor corrigido na data final	R\$ 25.571,51 (REAL)
Fazer nova pesquisa Imprimir	

7. Ao ultrapassar o valor da dispensa da Lei n. 8.666/1993, já que o valor específico da contratação de serviços contábeis foi no valor de R\$ 24.000,00, não vislumbro prejuízos ao erário somente por este fato, pois o valor é irrisório, **ultrapassando somente R\$ 16.000,00 do limite legal DESATUALIZADO** estabelecido pela legislação naquela ocasião. Neste sentido, excepcionalmente no caso concreto deixo de considerar como irregular nesta prestação de contas, pelos argumentos já esposados.

8. Quanto a **segunda impropriedade** que trata da inexistência de saldo financeiro para o exercício seguinte, acato as justificativas esposadas pelo ex-gestor as fls. 150/151, e com os extratos da movimentação dos recursos e a respectiva conciliação bancária anexado a defesa de fls. 154 a 184.

9. Ante todo o exposto, consubstanciado nas observações acima e **não restando constado prejuízos ao erário, VOTO:**

9.1. Nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, **REGULAR COM RESSALVA** a prestação de contas da Câmara Municipal de Rodrigues Alves, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2011, de responsabilidade do então presidente senhor Antonio Matos da Silva, **valendo como ressalva** erros formais no atendimento da Lei Geral de Licitações (Lei n. 8.666/1993), sem contudo .

9.2. Pela notificação do então Gestor do resultado deste julgamento.

9.3. Pela recomendação ao atual Gestor que corrija, nas próximas edições da espécie, a falha catalogada.

9.4. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco - Acre, 26 de abril de 2018.

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**
Relator

PROCESSO TCE Nº 16.101.2012-70
ENTIDADE: Câmara Municipal de Rodrigues Alves
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Rodrigues Alves, relativo ao exercício de 2011.
RESPONSÁVEL: Antonio Matos da Silva
RELATOR: Cons. Ronald Polanco Ribeiro
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

VOTO VENCEDOR

Voto por: **1)** julgar **Irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Rodrigues Alves, exercício de 2011, em face da execução de contrato sem licitação prévia e a diferença de pequena monta apontada no saldo financeiro. Ainda foi apontado, na Prestação de Contas, a falta de controle interno e incorreções no RGF; **2)** pela aplicação de multa ao gestor, no montante de R\$ 7.140,00 (sete mil, cento e quarenta reais), com base no art. 89 da LCE nº 38/93; **3)** Após, pelo arquivamento dos autos.

Rio Branco – Acre, 26 de abril de 2018.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor